



O evento lotou o auditório do 8º andar do HC I

Seminário discute políticas públicas de saúde e judicialização

O número de processos judiciais de primeira instância relacionados à saúde pública cresceu 130% de 2008 a 2017, segundo pesquisa do Conselho Nacional de Justiça. Os impactos desse crescimento para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para o INCA foram discutidos no dia 20 de maio, em evento acadêmico que lotou o auditório do 8º andar do HC I.

Judicialização é a procura pelo Poder Judiciário como alternativa para a concretização de direitos fundamentais do cidadão, como o atendimento a demandas por leitos, tratamentos ou medicações no SUS. “É um fenômeno relativamente novo e que coloca em jogo a forma como enxergamos a relação entre os poderes”, disse Andréa D’Assunção Ferreira, analista da Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV) e coorganizadora do evento, junto com os analistas Luiz Chauvet e João Vicente.

Na abertura, a diretora-geral, Ana Cristina Pinho, destacou que o Instituto há algum tempo sente o impacto desse movimento. “A falta de conhecimento sobre políticas públicas de saúde, em especial a Política Nacional de Atenção Oncológica, e a desconsideração dos aspectos técnico-científicos impulsionam esse cenário. Isso gera procedimentos não previstos, sobrecarregando o atendimento e tornando, muitas vezes, o próprio sistema difícil de ser administrado”, afirmou.

A promotora de Justiça Anabelle Macedo, do Ministé-

rio Público do Rio de Janeiro (MPRJ), argumentou que a intervenção da Justiça tem legitimidade democrática quando o direito exigido na ação está previsto na política pública, mas é negado por limitações orçamentárias ou de gestão. “Nos casos de deferimento do que não está na política pública, em listas e protocolos, e não é a alternativa terapêutica tecnicamente eleita pelos profissionais de saúde, a concretização judicial viola a separação de poderes e os direitos coletivos”, explicou.

Para o professor de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Paulo Roberto Soares, é preciso buscar um ponto de equilíbrio para que os direitos do cidadão sejam respeitados sem que a administração seja comprometida. “A gestão está vinculada a planejamento, e demandas externas trazidas pelas decisões judiciais podem gerar um desequilíbrio orçamentário”, argumentou.

A promotora de Justiça Isabel Horowicz (MPRJ) palestrou sobre a aproximação entre o Direito, a realidade social e as questões financeiras. Estiveram em discussão, ainda, a segurança alimentar; seu desenvolvimento orçamentário e suas implicações para a prevenção do câncer. Também proferiram palestras o mestre em Direito Márcio Fernandes, a mestre em Saúde Pública Luciana Grucci, e os mestrandos em Direito Fabiana Aldaci Lanke, Eliane Vieira Lacerda Almeida e Milton Leonardo Jardim.